



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

Acessibilidade nos espaços memorialísticos: a aplicabilidade da Audiodescrição em bibliotecas, arquivos e museus

Accessibility in memorial spaces: the applicability of audio description in libraries, archives, and museums.

Tamires Neves Conceição – Universidade Federal da Bahia (UFBA) – tamires.nevesconceicao@gmail.com

Resumo: A acessibilidade é um direito das pessoas com deficiência para acessar as cenas sociais, logo, as bibliotecas, arquivos e museus, como espaços memorialísticos, devem democratizar a informação sem impor barreiras em seus serviços. Objetiva-se compreender como a Audiodescrição pode auxiliar na aplicabilidade dos serviços em bibliotecas, arquivos e museus, os tornando acessíveis. A metodologia se baseia numa pesquisa qualitativa, com técnica bibliográfica e procedimento qualitativo. O resultado demonstra que a Audiodescrição amplia as ações de acessibilidade nesses equipamentos. Conclui-se que esses espaços de memória devem atender a todos os públicos, sem distinção, oferecendo recursos de acessibilidade para mediar a informação.

Palavras-chave: Acessibilidade. Biblioteca. Arquivo. Museu. Memória.

Abstract: Accessibility is a right of people with disabilities to access social settings; therefore, libraries, archives, and museums, as memorial spaces, should democratize information without imposing barriers in their services. This study aims to understand how audio description can assist in the applicability of services in libraries, archives, and museums, making them accessible. The methodology is based on qualitative research, using bibliographic techniques and qualitative procedures. The results demonstrate that audio description expands accessibility actions in these facilities. It concludes that these memory spaces should serve all audiences, without distinction, offering accessibility resources to mediate information.

Keywords: Accessibility. Library. Archive. Museum. Memory.

1 INTRODUÇÃO



As bibliotecas, arquivos e museus são identificados como espaços memorialísticos e devem atender a todos os públicos, sem distinção, independente do indivíduo possuir ou não alguma deficiência. A reflexão proposta nesse estudo é baseada na tese da autora que analisou como a Ciência da Informação (CI) pode dialogar com as expertises do campo da Audiodescrição (AD), tecnologia assistiva que atua como ferramenta de acessibilidade para pessoas com deficiência visual, ampliando o uso do recurso, a memória do campo e a democratização da informação audiodescritiva na sociedade.

O objetivo geral que norteou o desenvolvimento desse trabalho buscou analisar como a AD pode auxiliar na aplicabilidade dos serviços em bibliotecas, arquivos e museus, os tornando espaços mais acessíveis. Como objetivos específicos, para alcançar o objetivo geral, pensou-se em: caracterizar o campo da AD e sua informação audiodescritiva; e identificar como o diálogo da AD e da CI pode ampliar a acessibilidade nos espaços memorialísticos, como as bibliotecas, arquivos e museus.

O caminho metodológico utilizado caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa, utilizando a técnica bibliográfica e o procedimento qualitativo para compreender as ações de acessibilidade nas bibliotecas, arquivos e museus, com base nesse diálogo com o campo da AD. Assim, este trabalho abordou na seção dois, os aspectos da acessibilidade nesses espaços memorialísticos e a influência da AD no contexto, seguindo para a explicação metodológica que norteou esse estudo; após esse momento apresentou a análise dos resultados e finalizou o trabalho apresentando as considerações finais, mediante a percepção do contexto pesquisado.

Então, a seguir será abordado o conceito e um breve histórico do campo da AD, visando compreender o uso do recurso nas bibliotecas, arquivos e museus como uma ferramenta de tecnologia assistiva que propicia acessibilidade e inclusão social para pessoas com deficiência nesses espaços memorialísticos.

2 ACESSIBILIDADE E SUA APLICABILIDADE NOS ESPAÇOS MEMORIALÍSTICOS: BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS

Ao falar de AD destaca-se a característica de um recurso que representa uma modalidade intersemiótica, na qual há o preenchimento da lacuna entre o som e a



imagem. O recurso possibilita a transformação de signos visuais em signos verbais, sendo uma tradução audiovisual, que ocorre por meio de uma atividade de mediação linguística. A AD tem como objetivo atender as necessidades de inclusão social e acessibilidade do público com deficiência visual, como também de deficiência intelectual, os disléxicos e os idosos.

O recurso da AD tem sua origem nos meados da década de 1970 quando a partir das ideias de *Gregory Frazier*, ao desenvolver sua dissertação nos Estados Unidos das Américas (EUA), em 1975, exatamente, retratou o assunto teoricamente; o qual foi desenvolvido na prática em 1981 por outros profissionais. Com base nessa primeira aparição do recurso têm-se um vasto histórico sobre a temática, constando registro de atuações de profissionais nos EUA, como também no Japão, Inglaterra, França, Alemanha, Portugal, Suíça, Canadá, Espanha, Bélgica, Austrália e Argentina, onde pesquisadores vem promovendo uma importante atuação para o desenvolvimento do tema (Franco e Silva, 2010, p.24).

Ao pensar no contexto histórico no Brasil, a AD inicia um registro oficial em 1999, com o projeto “Videonarrado”, idealizado pela pedagoga Maria Cristina Martins, no Centro Cultural *Louis Braille*, em Campinas, São Paulo (Costa, 2014, p. 32). No entanto, ressalta-se que o uso da AD iniciou no país informalmente antes desse ano, numa realidade na qual não havia muitas legislações vigentes sobre a temática, onde profissionais e pesquisadores da temática, antes da institucionalização da AD como uma tecnologia assistiva, já utilizam o recurso em espaços acadêmicos e culturais e sociais. O recurso de tecnologia assistiva propicia independência e autonomia para as pessoas com deficiência visual (Bersh, 2008) e nesse caso a AD permite preencher essa lacuna entre o som e a imagem para esse público, possibilitando que essas pessoas possam participar das cenas sociais e culturais de forma mais inclusiva e acessível.

Quando há o uso do recurso da AD nas cenas sociais e culturais como nos filmes, espetáculos de dança, eventos esportivos e acadêmicos (aulas, palestras, congressos etc.), óperas, obras de arte, mostras, exposições em museus, peças teatrais, programas de TV, dentre outros, há promoção da acessibilidade e da inclusão social para pessoas com deficiência visual, em específico. A AD pode ser aplicada pelos profissionais audiodescritores de três formas: pré-gravada, ao vivo (*in loco*) ou simultânea (Motta e Romeu Filho, 2010). Esse profissional pode atuar como um audiodescritor-roteirista



quando a AD é aplicada no cinema, por exemplo, e/ou um audiodescritor-locutor/audiodescritor-narrador, quando o recurso é aplicado em uma peça de teatro e ou um programa de rádio.

Entende-se que a AD e a informação audiodescritiva produzida possibilita que as pessoas com deficiência visual (caracterizadas como minoria social) tenham uma participação cidadã mais efetiva, pois o recurso amplia e desenvolve melhores condições de inclusão e acessibilidade desse público nos contextos culturais, políticos, acadêmicos, dentre outros. As pessoas com deficiência visual, apesar de representarem um quantitativo significativo da parcela da população ainda tem seus direitos omitidos pela sociedade, conforme constata o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quando indica que 35 milhões de pessoas no Brasil possuem essa condição, destacando as porcentagens, nas quais 16% são homens e 21,4% são mulheres (IBGE, 2010). Logo, compreende-se que as ações de acessibilidade poderão impulsionar um novo cenário da história desses indivíduos, como por exemplo o uso do recurso da AD, como uma ferramenta de acessibilidade comunicacional, facilitando o acesso aos espaços, como as bibliotecas, arquivos e museus.

Destaca-se que nesses espaços memorialísticos, os profissionais que atuam nesses ambientes, podem apresentar uma relevante contribuição no desenvolvimento do recurso da AD. Os (As) bibliotecários(as), por exemplo, podem auxiliar especificamente na organização da informação e do conhecimento, com as ações de indexação, classificação, para representar os conteúdos gerados, entre outras ações que contemplam as expertises da área. A Biblioteconomia e suas teorias, como as construídas por Dahlberg, em 1978, com a “Teoria do Conceito”; por Ranganathan, em 1967, e sua “Classificação de Dois Pontos”; Lancaster, em 1991, com o livro sobre “Indexação e Resumos: teorias e práticas”; Dewey, em 1876, e Otlet e La Fontaine, em 1907, que abordam as linguagens documentárias pré-coordenadas (Classificação Decimal de Dewey (CDD), Classificação Decimal Universal (CDU), notação do autor, catalogação, dentre outras) e pós-coordenadas (taxonomias, ontologias, tesouros, folkssonomias, etc.), denotam a contribuição da área sobre as técnicas e práticas no processo de organização, representação e na recuperação da informação, tanto no contexto analógico quanto no digital, expertises relevantes para auxiliar o acesso e à memória da AD.



Quando referimos aos arquivistas, estes profissionais poderão auxiliar, na gestão do acervo audiodescrito, nas demandas sobre a instrução sobre as descrições, segundo as normas nacionais e internacionais de arquivo, especificidades da área, possibilitando a preservação da informação audiodescritiva no ambiente digital, como por exemplo em repositórios utilizados por esses espaços memorialísticos para disseminar a informação. A Arquivologia com sua expertise pode promover para esse processo a aplicabilidade das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda da AD, pois é a subárea que lida com a informação em forma de documento, elaborando as propostas mais adequadas para manter o conteúdo íntegro e autêntico para ser acessado, quando for possível e permitido pela instituição que possui sua guarda. Já os museólogos, mesmo sem constituírem a área de conhecimento da CI, podem também contribuir nesse diálogo utilizando o recurso da AD para montar sua programação cultural, adaptando suas exposições e curadorias, transformando-as em conteúdos acessíveis; sendo que os três espaços memorialísticos podem disponibilizar o conteúdo elaborado em AD, em um repositório arquivístico confiável, para que haja a continuidade da preservação das ações realizadas.

Alvarenga (2003) comenta que a representação faz parte do fluxo informacional atuando como um processo organizacional, aliado a processos intelectuais aplicados a documentos em Bibliotecas, Museus e Arquivos. Com essas expertises a CI conseguirá impulsionar o uso da AD na preservação digital e na salvaguarda dos seus conteúdos informacionais, organizando sua produção e a mantendo acessível, ampliando consequentemente a visibilidade do recurso e as possibilidades de inclusão social e acessibilidade (Autor, 2021). Ao pensar nesses espaços como ambientes memorialísticos, compreende-se que a memória se enriquece de lembranças antigas e novas e que é uma faculdade individual (Halbwachs, 1990). Compreende-se, então, que esses espaços abrigam aspectos da faculdade individual de uma sociedade que possui como suporte as lembranças pessoais, coletivas e históricas, pois é por meio das relações do indivíduo com a sua comunidade que ele adquire consciência social e se relaciona com outros indivíduos e outros grupos, que o modificam, permitindo assim o desenvolvimento de novas lembranças. Entende-se que a memória é um fenômeno construído (Pollak, 1992), e essa construção se desenvolve pelos vestígios históricos, individuais e coletivos que o sujeito e a sociedade produzem, por isso existe uma



necessidade de registrar lembranças nesses diversos “lugares de memória”, como são as bibliotecas, os arquivos e os museus (Le Goff ,1990), visando dessa forma acessar os acontecimentos de uma sociedade, de uma área ou um campo do conhecimento, retratando a importância desses espaços culturais na democratização da informação. Assim, ao refletir sobre a AD, a CI, e a relevância desses espaços memorialísticos, a seguir apresenta-se a metodologia que embasou o desenvolvimento desse estudo.

3 METODOLOGIA

A metodologia que embasou esse estudo está respaldada em uma pesquisa qualitativa, utilizando a técnica bibliográfica e o procedimento qualitativo, com base na análise da tese da autora. Entende-se a pesquisa qualitativa no âmbito das ciências humanas e sociais, quando se analisa e se realiza a compreensão de contextos, discursos e opiniões que apoiam a produção textual, na qual “[...] o dado qualitativo é uma estratégia de mensuração de atributos, ou seja, o objeto (o objetivo) da mensuração não é o objeto (a coisa em si), mas seus predicados” (Pereira, 1999, p. 30). A pesquisa qualitativa concede ao pesquisador relacionar as informações adquiridas com os diversos contextos aos quais o autor está inserido e sofre impacto sobre as influências e relações construídas, proporcionando uma subjetividade na análise.

A técnica bibliográfica abrange toda bibliografia pública em relação a temática do estudo, envolvendo desde publicações até os meios de comunicação orais. A escolha desse método permite ao pesquisador um contato direto com a maioria dos conteúdos que já forma escritos, filmados e ou ditos sobre o assunto pesquisado, inclusive por meio de conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos e divulgadas impressas ou oralmente (Marconi e Lakatos, p.183). Com objetivo de complementar a análise do tema estudado, o procedimento qualitativo baseia-se na análise de documentos sobre o campo da AD e da CI do uso do recurso em bibliotecas, arquivos e museus, visando ampliar as políticas de inclusão social e acessibilidade, por meio da disseminação da informação audiodescritiva nesses espaços memorialísticos. Propôs-se, então, analisar como as ações de acessibilidade, proporcionadas pelo recurso da AD podem ampliar a aplicabilidade e o uso de serviços acessíveis em museus, bibliotecas e arquivos, em prol



da inclusão social das pessoas com deficiência visual. Assim, a seguir serão apresentados a análise dos resultados obtidos pelo caminho metodológico traçado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse trabalho bibliográfico teve como suporte uma pesquisa qualitativa realizada na tese da autora, que permitiram uma reflexão com base nos resultados encontrados, demonstrando que o diálogo entre a AD e a CI é possível e que há uma relação interdisciplinar entre as áreas, quando a AD propicia a CI o uso do recurso e da informação audiodescritiva nos espaços memorialísticos, como as bibliotecas, arquivos e também os museus, permitindo a democratização do acesso à informação; e como a CI ao trabalhar em conjunto com a AD pode possibilitar uma ampliação do uso do recurso, ampliando o desenvolvimento e a indexação e aplicabilidade coerente da informação audiodescritiva, advinda dos conteúdos audiodescritos e consequentemente auxiliar no crescimento da memória da AD, por meio da reflexão e estudos sobre as ações de preservação digital e políticas de salvaguarda (Autora, 2021).

Essa percepção foi possível com base no universo analisado na tese, em 2019, sobre o campo da AD, na qual obteve-se 36 (trinta e seis) retornos, dos questionários aplicados, das 110 (cento e dez) universidades contatadas, retratando que apenas nove trabalhavam com o recurso da AD: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal do Rio Grande (UFRG) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Quanto aos questionários aplicados a área da CI, dos 17 (dezessete) PPGCI contatados, 12 (doze) efetivamente responderam, totalizando o quantitativo de 179 respostas advindas de docentes e discentes dos PPGCI atuantes nas subáreas da Biblioteconomia (54,75% dos respondentes) e da Arquivologia (18,99%), além das respostas de outras áreas, totalizando (30,73%). Entende-se também, por meio dos discursos expostos pelos pesquisados da AD e CI nos questionários, que ainda há um longo percurso para que haja o desenvolvimento dos caminhos da acessibilidade e da memória da AD, propiciando a inclusão social para o público com deficiência visual, mas nas respostas



dos pesquisados foi possível verificar que a CI com suas expertises em organizar, representar, registrar, recuperar e disseminar, pode auxiliar a AD nesse processo do desenvolvimento de mais espaços com acessibilidade na sociedade, por meio do uso desse recurso para democratizar o acesso à informação (Autora, 2021).

Destaca-se, com base nos resultados encontrados, que a possibilidade do diálogo, entre a AD e a CI, pode ser efetuada e embasada pelo desenvolvimento da memória. Le Goff (1990) destaca a percepção da memória como antídoto do esquecimento, assim, entende-se que é necessário elaborar e estabelecer caminhos e estratégias que propiciem o acesso a memórias de determinadas áreas ou campos do saber, com objetivo de promover uma possível transformação quando o sujeito da informação tiver acesso a determinado conteúdo, em específico, por meio do uso da AD quando inserida na sociedade, como nas bibliotecas, nos museus e nos arquivos, ambientes que representam locais de informação e memória de uma sociedade e que deve ser acessado por todos, sem distinção por esse indivíduo possuir alguma deficiência ou não. Entende-se, mediante a sociedade atual, imagética e movida pelo audiovisual e pelas ferramentas de tecnologia e informação, que os equipamentos culturais devem dialogar com esses recursos de tecnologia assistiva, incluindo a AD em suas programações culturais e assim possam promover essa inclusão social e a acessibilidade nos ambientes físicos e digitais/virtuais em que os museus, bibliotecas e arquivos existam e disponibilizem seus serviços de informação.

Na atualidade, as formas de socialização estão aliadas as tecnologias da informação e comunicação, por isso toda representação da informação, e conseqüentemente a disseminação e recuperação deve estar associada aos recursos das tecnologias assistivas, que propiciam autonomia e independência as pessoas com deficiência (Bersh, 2008). Assim, compreende-se que esse processo de representação faz parte de um fluxo informacional e atua como parte integrante do contexto organizacional, aliado a processos intelectuais e expertises das áreas que tem como objeto de estudo a informação. A CI e suas subáreas possuem a informação como objeto de estudo e aplicam esse processo de organização direcionados a documentos que constituem as Bibliotecas e Arquivos (Alvarenga, 2003). Como também pode ser percebido nos museus que lidam com o processo da informação com base na construção e representação de imagens que contam uma história. A AD amplia as ações de



acessibilidade nesses equipamentos culturais, por ser uma tecnologia assistiva que propicia independência e autonomia as pessoas com deficiência visual, suprindo a lacuna entre o som e a imagem nas cenas sociais. Entende-se, então, que esses espaços de memória devem atender a todos os públicos, sem distinção, oferecendo recursos de acessibilidade para mediar e democratizar o acesso à informação, minimizando as barreiras comunicacionais. A seguir, com bases nas reflexões das seções anteriores será exposto as considerações finais sobre este trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, então, a partir das reflexões realizadas na tese que embasaram este trabalho, que ainda existe um longo percurso para que haja a aplicabilidade do recurso da AD como um caminho para acessibilidade de pessoas com deficiência visual nas unidades de informação, conseqüentemente há uma necessidade de ampliar o uso da informação audiodescritiva e da memória do campo no país. Os profissionais da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia trabalham com a mediação da informação em formas e suportes distintos, trazendo aspectos memorialísticos em sua composição e todas essas unidades de informação possuem um papel social em disseminar o acesso a todos, independente deste sujeito ter alguma deficiência ou não, logo cabe a esses profissionais um olhar mais atento as ações de inclusão social e acessibilidade, visando manter seu papel e compromisso social e cultural com a sociedade. Assim, no caso da AD, em específico, o conteúdo audiodescrito produzido pelo recurso permitirá a ampliação das relações sociais do público com deficiência visual, e assim poderá possibilitar a esse cidadão uma atitude mais crítica e participativa no ambiente do qual faz parte, pois terá acesso a cenas sociais e culturais ao visitar bibliotecas, arquivos e museus, tendo acesso a história da sociedade que faz parte. Logo, o diálogo da AD com a CI nesse processo em prol da acessibilidade nesses espaços poderá possibilitar uma ampliação do uso da AD e aos seus conteúdos audiodescritos direcionados ao público com deficiência visual, que fazem parte de uma minoria social, muitas vezes submissa e reprimida pelo poder de um grupo da sociedade que tenta impor um único viés cultural e memorialístico, nas quais essa minoria, na maioria das vezes, não se reconhece.



REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Lídia. Representação do Conhecimento na Perspectiva da Ciência da Informação em Tempo e Espaço Digitais. **Enc. Bibli. R. Eletr. Biblioteconomia e Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 8, n. 15, 1º sem., p. 18-40, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p18>. Acesso em: 19 abril 2026.

COSTA, Luciana Ferreira da, SILVA; Alan Curcino Pedreira da; e RAMALHO, Francisca Arruda. (Re)visitando os estudos de usuário: entre a “tradição” e o alternativo”. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v.10, n.4, artigo 3, ago. de 2009. Disponível em: http://www.dgz.org.br/ago09/Art_03.htm#R1. Acesso em: 16 abril 2026.

BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. **CEDI - Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil**. Porto Alegre - RS, 2008.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: breve passeio histórico. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Org.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. p. 23-42.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religio_o_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 22 abril 2026.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.p. 224-250.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003.

MOTTA, Livia Maria Villela de Melo e ROMEU FILHO, Paulo (Org). **Audiodescrição - Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

PEREIRA, Cavalcanti Ferdinand. **Conceito de Empoderamento**. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2717.pdf. Acesso em: 26 abril 2026.

POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 22 abril 2026.

